

O Processo de Privatização no Brasil

Cleverson Diacovo*

Este estudo é parte de um projeto maior que tem como objetivo verificar as causas que levaram o Brasil a iniciar o processo de privatização¹ e analisar como se deu esse processo e seus resultados do ponto de vista econômico.

O processo de privatização no Brasil foi uma reviravolta na forma do Estado brasileiro influir na economia. De um governo diretamente atuante na área econômica, inclusive contando com a propriedade de empresas, o governo passou a atuar principalmente com a utilização de agências reguladoras de serviços públicos ou simplesmente como espectador dos movimentos econômicos.

A privatização deixou de ser um modismo neoliberal para se tornar parte da modernização do Estado, mesmo que isso tenha significado um aprofundamento das desigualdades sociais e o beneficiamento das instituições financeiras e grupos privados.

Os embates se travavam de um lado, o temor, justificado, por parte de sindicalistas e trabalhadores em virtude da possibilidade de perderem seus empregos. De outro lado, o governo argumentando que as privatizações eram necessárias, pois as empresas estatais não tinham recursos suficientes para os investimentos necessários para o desenvolvimento do país, sendo que, as empresas por pertencerem ao poder público não eram eficientes e que a privatização era necessária para gerar recursos para pagamento de dívidas e para reduzir o déficit do governo e assim melhorar a situação macroeconômica do país impondo-se como condição necessária para o crescimento.

A análise das condições em que as privatizações se deram, se as estatais eram realmente ineficientes, se era necessário privatizar e se fosse, teria sido o modelo brasileiro o mais indicado? São questões que interessam a toda a sociedade, pois as estatais privatizadas eram patrimônio do povo brasileiro.

A privatização da quase totalidade das empresas estatais do ramo produtivo e de boa parte das empresas de prestação de serviços públicos retiraram do Estado boa parte de seu poder de intervenção na economia, será que essa perda de poder

* Aluno do 6º Período do Curso de Ciências Econômicas da UNIBRASIL. Desenvolveu este artigo sob orientação da Profa. Dra. Maria de Lourdes Tomio Stein na disciplina de Técnicas de Pesquisa em Economia.

¹ Privatização significa: o governo vender a propriedade ou controle de (serviço, ou empresa pública ou estatal) para empresários e/ou empresas do setor privado.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

sobre o sistema econômico foi compensada pelos benefícios da privatização? De fato as agências reguladoras podem substituir à altura a intervenção direta do governo na atividade produtiva? Analisar estas e outras questões é essencial para se compreender as conseqüências da privatização.

O Processo de Estatização

Para entender como aconteceu a mudança no papel do Estado na economia brasileira e como as estatais chegaram ao ponto em que se encontraram nos anos 90, é preciso voltar atrás no tempo e analisar como se deu a intervenção do governo na área industrial ao longo dos anos, processo esse que levou ao surgimento das estatais, e analisar por que as empresas estatais chegaram aos anos 90 fragilizadas economicamente e tecnologicamente, fatos que contribuíram para que o governo tivesse êxito em privatizá-las.

Segundo Pochmann (2001), durante o século XIX a livre concorrência era vista como uma maneira de manter o equilíbrio do sistema econômico objetivando que a acumulação de capital ocorresse de forma auto-regulada, ou seja, que as crises do sistema capitalista pudessem ser resolvidas pelo mercado. Essa tese vinha da estrutura do mercado durante a primeira parte do século XIX, que era composta por muitos pequenos compradores e vendedores sem poder de influenciar o mercado, porém no final do século XIX a situação modificou-se com o aparecimento de grandes empresas com poder oligopólico o que tornou o mercado ineficiente para sozinho auto regular-se.

A mobilidade intersetorial de capital do mercado foi comprometida pela nova estrutura de mercado com grandes empresas tendo poder de monopólio. Porém somente em 1929, com a Grande Depressão, tornou-se clara a incapacidade do mercado de autoregular-se e a necessidade de intervenção do Estado. Werner Baer (2002) mostra como se deu essa mudança no papel do Estado no Brasil, segundo ele, no século XIX, o Estado tinha um caráter não intervencionista, o governo agia como concessor de favores para indústrias incipientes que ele tinha o interesse em incentivar e garantir taxas de retorno para indústrias estrangeiras que vinham para o Brasil.

A única outra participação direta do governo era na área financeira com o Banco do Brasil, quando o governo adquiriu várias ferrovias no início do século XX. Não fez isso como um confisco arbitrário da propriedade privada, mas sim porque chegou a conclusão que era financeiramente mais atraente contrair empréstimos no interior para adquiri-las do que continuar a garantir as taxas de retorno suficientes para estas empresas. Além de um controle de tarifas por parte do governo para garantir tarifas consideradas justas para o usuário que não eram compatíveis com os retornos adequados para os investidores privados. Até os anos 20 foram também criados vários bancos estaduais para garantir crédito agrícola.

A quebra da Bolsa de Nova York e a conseqüente crise mundial que se estendeu pela década de 1930, colocou o Brasil no caminho da industrialização, com o objetivo de substituir as importações, como também ocasionou um aumento e uma modificação no papel desempenhado pelo Estado na economia do país que passou a tentar protegê-la do impacto da depressão e apoiar o processo de industrialização.

Segundo Baer (2002), à medida que transcorria a década, o regime Vargas ampliou a intervenção estatal para proteger e estimular o crescimento de diferentes setores por meio da criação de autarquias. Estas autarquias colaboraram com os produtores, regularam a procura e os preços e financiaram a construção de armazéns.

Outro instrumento de intervenção do governo na economia era o controle de preços e tarifas, como por exemplo, da eletricidade em 1934, de modo a permitir um retorno máximo de 10% sobre o capital investido. Este controle era feito para proteger a indústria e os consumidores (BAER, 2002).

Ainda nesta época o governo adquiriu o Lloyd Brasileiro, a principal empresa de navegação do país além de outras empresas do mesmo ramo, geralmente por questões de segurança nacional, mas também para desenvolver o setor, tarefa que a iniciativa privada não havia dado conta.

Na década de 1940, anos da Segunda Guerra Mundial, testemunharam o surgimento de vários novos empreendimentos governamentais criados, em sua maioria, por motivos de segurança nacional e alguns se transformaram em empresas poderosas da década de 1950 e 1960, como a Companhia Vale do Rio Doce.

Na década de 1950 o acontecimento mais importante foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posteriormente renomeado BNDES, que tinha por finalidade fornecer créditos de longo prazo para empresas e possibilitar os investimentos requeridos para sua expansão.

Segundo Baer (2002) o papel do BNDE em aumentar a participação do Estado na indústria siderúrgica demonstra como o Estado brasileiro foi levado a ser dono, mesmo involuntário de empresas. A expansão da capacidade produtiva desse setor foi considerada parte integrante do programa de industrialização da década de 1950.

Exceto pela ampliação de Volta Redonda, esperava-se que uma grande parte da capacidade produtiva ampliada fosse gerada pelo setor privado e por governos locais (estaduais), como foi o caso da Usiminas e Cosipa, duas empresas fundadas no início da década de 1950 a fim de formar grandes siderúrgicas integradas. À medida que se tornava óbvio para financiar esses projetos, o governo federal comprometeu-se em co-patrocina-los por intermédio do BNDE. Em troca da injeção de recursos financeiros, o banco recebeu uma participação em cada empresa e, com o passar dos anos, tornou-se seu principal acionista. Dessa maneira, o governo transformou-se num relutante proprietário de empresas, isto é, devido à incapacidade do setor privado e dos governos locais em obter êxitos em projetos considerados básicos para o programa de industrialização do Brasil, sua participação direta tornou-se inevitável (BAER, 2002, p. 294).

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Outro fato importante ocorrido na década de 1950 que teve bastante relevância na criação das estatais brasileiras foi a difusão do controle de preços como demonstra Baer (2002):

O rápido crescimento das empresas estatais no setor de serviços públicos foi ocasionado pelo controle de preços. A determinação de tarifas para esses serviços não proporcionou uma taxa de retorno do investimento considerada adequada pelas empresas privadas (principalmente estrangeiras) para assegurar a expansão e modernização de suas fábricas. Como o controle das tarifas era considerado de interesse nacional, isto é, acreditava-se que tarifas relativamente baixas eram desejáveis para estimular o crescimento industrial e subsidiar os consumidores, a única alternativa que restava ao Estado era ingressar gradativamente nos campos de geração e distribuição de energia, transportes públicos e telecomunicações o que, em parte, explica a criação, na década de 1950, de empresas estatais, como a Cia. Hidrelétrica São Francisco, (CHESF) FURNAS E CEMIG (Minas Gerais) e, na década de 1960, a CESP (São Paulo) e outras, para proporcionar a energia adicional necessária para a economia em expansão. Os controles também causaram o declínio na qualidade e taxa de crescimento do sistema de telefonia do país e, na década de 1960, sua aquisição pelo Estado também se tornou inevitável.

BAER, 2002, p. 294

Durante a década de 1960, a participação do estado na economia continuou aumentando com a consolidação e crescimento das empresas estatais já existentes e pela organização de algumas novas atividades.

Em 1965 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), que rapidamente se tornou uma poderosa força financeira, pois recebia parte dos fundos de aposentadoria dos trabalhadores e podia lidar com instrumentos financeiros indexados; já as caixas econômicas receberam um grande aporte de recursos vindos do Programa de Integração do Trabalhador (PIS).

Nesta mesma década de 1960 várias empresas estatais do ramo de energia elétrica foram unificadas na *holding* Eletrobrás e, recentemente nacionalizada rede de telecomunicações nacional, colocada nas mãos da Embratel que iniciou um processo de expansão que as antigas empresas privadas não haviam se predisposto a realizar. Nesta década as estatais começaram a planejar grandes programas de investimento, inclusive com a estruturação de novas estatais (Tubarão, Açominas etc.).

O controle de preços também teve uma mudança nessa época, segundo Baer (2002), durante a década de 1960, as tentativas de controle na década de 1950 e início de 1960 tinham sido ineficazes em diminuir o crescimento da inflação e, além disso, tinham todo o efeito negativo de distorcer os preços relativos. Para resolver esse problema o governo criou o Conselho Interministerial de preços (CIP) que tinha como função criar uma melhor estrutura de controle de preços, esta estrutura consistia em, ao contrário da política de controle anterior, controlar os custos e preços dos produtos em todas as etapas do processo produtivo e não só no varejo. Este controle se deu em alguns dos principais setores produtivos da economia.

Quando ocorreu o primeiro choque do petróleo em 1973 e 1974, o Brasil decidiu reagir desenvolvendo um grande programa de substituição de importações na área de indústria pesada e na área de infra-estrutura, este programa foi largamente subsidiado por recursos externos. As empresas estatais foram intensamente envolvidas neste processo, pois, segundo Baer (2002) os investimentos destas aumentou de 2,09% do PIB em 1973 para 6,54% do PIB em 1976. As empresas privadas também tiveram, nesta época, investimentos largamente subsidiados pelo BNDES a taxas subsidiadas.

O crescimento significativo da dívida externa na segunda metade da década de 1970 foi justificado como necessário para financiar o processo de substituição de importações. Essas importações criavam gargalos para a economia brasileira que era afetada por crises externas, além de gerarem déficits na balança comercial. Ao substituir as importações o Brasil melhora o seu saldo na balança comercial passando a ter superávits. Os defensores dessa política diziam que esses superávits seriam cada vez maiores porque o Brasil também aumentaria suas exportações com a ampliação do parque industrial e, que os recursos obtidos com as exportações seriam suficientes para pagar os juros e saldar integralmente a dívida. Porém os choques do petróleo, no início e meados da década, provocaram um aumento meteórico nas taxas de juros levando o país à crise da dívida, que por sua vez ocasionou a estagnação econômica e a explosão inflacionária.

Meios de Controle do Estado sobre a Economia

Os controles econômicos do governo fazem-se sentir por intermédio de canais institucionais diferentes, mas inter-relacionados, que incluem o sistema fiscal, o Banco Central, os governos (estadual e federal), bancos comerciais e de desenvolvimento, as autarquias dos governos estadual e federal, empresas produtivas e o sistema de preços (BAER, 2002).

Particularmente falando-se da participação do Estado no setor produtivo pode-se dizer que o governo brasileiro teve uma participação muito significativa, porém concentrada em setores da indústria básica e no setor de infra-estrutura. Frequentemente o país assumiu setores como o elétrico pela incapacidade das empresas instaladas de prover a necessária expansão do setor e do desinteresse ou incapacidade destas de operar com as taxas consideradas justas pelo governo. Outro setor, como o siderúrgico só foi estatizado após tentativas, por parte do próprio Estado, de incentivar a criação desse setor por indústrias privadas que não se interessaram pelo grande volume de recursos necessários para por em prática o empreendimento assim como pelo retorno se dar em longo prazo.

Até o final da década de 1970 as estatais tinham uma elevada capacidade de autofinanciamento, porém com as crises do petróleo e da dívida e a explosão inflacionária

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

no final dessa década, o governo brasileiro utilizou as empresas públicas como ferramentas de políticas macroeconômicas e os preços de seus produtos eram usados como instrumentos de controle das taxas de inflação em ascensão. A situação mudou, como esclarece Baer (2002):

O preço real dos produtos de ferro e aço (um setor dominado por empresas estatais) despencou 50% entre janeiro de 1979 e dezembro de 1984; as tarifas de energia elétrica, 40% e as dos serviços telefônicos, 60%. Além disso, algumas empresas públicas foram obrigadas a tomar mais empréstimos no mercado internacional do que era preciso, a fim de proporcionar ao governo um contínuo aporte de divisas necessárias para enfrentar um balanço de pagamentos em declínio. Esse fato colocou empresas do governo, endividadas, numa situação financeira precária quando as taxas de juros internacionais começaram a subir bruscamente no início da década de 1980

BAER, 2002, p. 303

Outro autor que enfatiza o papel social que as estatais tiveram ao longo dos anos que, de certa forma prejudicaram seu desempenho quando se compara com uma empresa privada é Aloysio Biondi (1997, p. 21). *“Na verdade, em lugar de ‘sugar’ o Tesouro, as estatais foram utilizadas, ou ‘sugadas’, pelo Tesouro, para desempenhar funções que na verdade cabiam ao governo. Nesse papel, sua lucratividade também era puxada para baixo”.*

Como por exemplo, as companhias telefônicas, as quais o governo sempre teve a preocupação, antes da privatização, de manter preços mais baixos para os serviços utilizados pela maioria da população:

Como as ligações locais, as fichas dos orelhões, para beneficiar os brasileiros de menor renda. A mesma coesão para tarifas de energia elétrica e água, mais baixas para as contas de residências com menor consumo. Nessa política de ‘paga mais quem ganha mais’, os serviços utilizados pelos mais ricos (interurbanos, ligações internacionais) pagam preços mais altos, para cobrir parte dos custos ou mesmo dos prejuízos trazidos pelos serviços mais baratos, utilizados pela população mais pobre.

BIONDI, 1999, p. 21

A situação financeira das empresas estatais, como pode ser visto acima, teve uma enorme deterioração e seus projetos de investimentos foram muito afetados a ponto de facilitar as argumentações em favor das privatizações que começaram nos anos 1980 e se intensificaram nos anos 1990 quando a ideologia econômica dominante pregava a privatização como uma das medidas de estabilização para economias afetadas por altas taxas de inflação como era o caso do Brasil.

O Neoliberalismo e as Privatizações

No Brasil o peso do Estado, em uma economia em crise, continuou forte nos anos 80, porém a situação das estatais tanto em relação ao seu endividamento quanto a falta de investimentos adequados às necessidades de expansão se fez sentir. Teve início nos anos setenta o movimento em favor das privatizações, nesta época a queda na taxa de crescimento resultou num aumento acirrado da concorrência entre a empresa pública e o setor privado pelos recursos de capital internos e externos, cada vez mais escassos. Como as empresas estatais se encontravam, nesta época, no meio de grandes projetos de investimento aos quais o governo dava total apoio, a oferta de recursos para investimento era toda canalizada para as estatais, diminuindo, assim, os recursos para o setor privado o que deu fim ao chamado tripé formado pelo governo e pelos setores privado nacional e internacional (BAER, 2002).

Assim, a primeira tentativa de se controlar a expansão das empresas estatais se deu em 1979 com a criação do Programa Nacional de Desburocratização e a Secretaria Especial para Controle de Empresas Estatais (SEST). Na primeira metade dos anos oitentas foram feitos alguns esforços para privatizar as empresas estatais e, entre 1981 e 1984, vinte empresas foram vendidas, a maioria “re-privatizadas”, já que eram, em sua maioria, empresas em dificuldades em mãos do BNDES que as tinha reorganizado e estava revendendo-as ao setor privado.

Na década de 1990, chegou ao poder o presidente Fernando Collor de Mello, que adotou uma série de políticas neoliberais sobre as quais Vizentini afirma:

As idéias neoliberais de economistas como Hayek e de determinados círculos empresariais pouco teóricos começaram a ganhar audiência nos anos 70, quando a crise do modelo econômico do pós-guerra introduziu uma prolongada recessão, que combinava modestos índices de crescimento com inflação elevada. Para eles a crise seria decorrente dos aumentos salariais e dos gastos sociais do Estado, e a solução seria reduzir o tamanho e as funções do Estado, que deveria concentrar-se, sobretudo na estabilidade monetária. Esta política foi perseguida através da limitação da emissão monetária, aumento da taxa de juros, redução de impostos para os rendimentos mais elevados, redução dos gastos sociais, privatização facilitada das empresas públicas e, last but not the least, liberalização dos controles financeiros e comerciais internos e externos.

1997, p. 43

O processo de privatização e o impulso ao chamado neoliberalismo tiveram seu ponto de partida na Inglaterra, com a primeira-ministra Margaret Thatcher. Mas mesmo a “dama de ferro” fez tudo diferente do governo (Collor, Itamar e Cardoso), a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais, a preços baixos, a poucos grupos empresariais. Ao contrário: seu objetivo foi exatamente a “pulverização” das ações, isto é, transformar o maior número possível de cidadãos ingleses em “donos” de ações, acionistas das empresas privatizadas. Mais recentemente, a Itália também partiu para a privatização. Como a Inglaterra, houve a

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

preocupação de "democratizar", garantir a distribuição do patrimônio nacional, evitar a concentração de renda. Na França, a mesma coisa. Na privatização parcial das empresas de telecomunicações, em 1998, nada menos de 4 milhões de franceses compraram ações, graças aos atrativos oferecidos pelo governo (BIONDI, 1999, p. 13).

No Brasil as privatizações, ganharam força no governo Collor que adotou uma série de medidas neoliberais e entre seus pressupostos, a privatização era considerada altamente prioritária. Durante o governo Itamar Franco as privatizações não foram prioridade e, embora tenham ocorrido mais privatizações no seu governo do que no anterior, foram agendadas durante o governo Collor.

Foi, porém, no governo Fernando Henrique Cardoso que o processo de privatização foi acelerado e incluiu setores como de mineração e serviços públicos. Na segunda metade dos anos 90 as privatizações foram ampliadas para abranger também empresas pertencentes aos estados e municípios.

O padrão de intervenção estatal voltado ao espaço nacional fortaleceu o ataque das forças ideológicas neoliberais. Segundo esta corrente ideológica o Estado é o principal responsável pelos males vigentes na economia de mercado, através desta ideologia o papel do Estado, nas economias avançadas passou por grandes mudanças nos anos 80 embasado no conceito de "Estado Mínimo" (POCHAMANN, 2001).

Segundo os economistas neoliberais, a modernização e o desenvolvimento econômico dos países dependem apenas da capacidade dos governos de reformarem as estruturas econômicas de seus países com vistas a adaptá-los ao mundo globalizado, ou seja, é imprescindível realizar reformas econômicas, tais como as destacadas por Eduardo Maldonado Filho: (...) *abrir a economia à concorrência internacional, propiciar ampla liberdade de movimento ao capital, desregular os mercados internos, em especial o mercado de trabalho, e realizar uma ampla privatização das empresas estatais. Em outras palavras, as reformas econômicas devem ser feitas de forma a permitir a maior liberdade possível ao capital em sua busca do lucro máximo* (1997, p. 23).

Resultados Economicos e Sociais da Privatização

Alguns economistas e estudiosos se posicionam favoravelmente ao processo de privatização, entre eles destaca-se Gesner Oliveira (1997) que cita como pontos positivos do processo de privatização:

- Redução do estoque da dívida e conseqüentemente ao alívio nas despesas de juros ao reduzir o estoque de dívida interna e o prêmio de risco dos papéis do governo;

CLEVERSON DIACOVO

- Retomada do investimento em setores de infra-estrutura como transportes, comunicações e energia, o que é essencial para a redução do chamado 'Custo Brasil'
- Atração de capitais externos de prazo mais longo, com maior propensão a elevar o investimento produtivo.

O economista Armando Castelar, que foi chefe do Departamento Econômico do BNDES em 2001 concorda com esses quesitos, segundo ele os principais benefícios da privatização foram o incremento dos investimentos e o aumento da eficiência das empresas depois de privatizadas. Sua posição a respeito das privatizações pode ser entendida através dos seguintes trechos selecionados de sua entrevista à revista Rumos, em fevereiro de 2001:

Como a receita originária das privatizações foi utilizada majoritariamente para abater dívidas; o país, hoje, está pagando menos juros sobre essa dívida e, em consequência, pode aplicar mais dinheiro em gastos sociais. (...) As privatizações geraram uma receita superior a US\$ 100 bilhões (...) Calculando uma taxa média anual de juros de 17%, obtêm-se, então, de 30 a 35 bilhões de juros que deixaram de ser pagos no ano passado. Esse volume de recursos está sendo investido nos programas sociais, como saúde e educação.

CASTELAR, 2001

O executivo do BNDES avalia que talvez não teria sido possível sustentar o Plano Real se o governo tivesse permanecido com a dívida e tivesse que pagar aquele montante de juros: "Com as privatizações, o país teve uma redução da dívida pública que representa cerca de 10% do PIB" (CASTELAR, 2001).

Mais adiante, sobre os investimentos ele cita grandes investimentos nas áreas de telecomunicações, estradas, energia elétrica, siderurgia, entre outros setores. O ex-Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior Alcides Tápias concorda com Castelar, segundo ele: "As privatizações ajudaram a trazer para a Brasil, nos últimos anos, boa parte dos US\$ 60 bilhões que aqui aportaram como investimento estrangeiro. Essa cifra também assegurou o equilíbrio das contas externas" (TÁPIAS, 2001).

Castelar (2001) também afirma que as privatizações ajudaram no processo de retomada do desenvolvimento econômico uma vez que reduziram o problema fiscal. A demanda por recursos por parte do setor público sobre a poupança privada diminuiu ajudando a baixar os juros, além disso, evitou pressões por parte das estatais por recursos orçamentários, ajudando assim a manter a estabilidade macroeconômica necessária ao processo de crescimento.

Aloisio Biondi (1999) contesta a argumentação de que o governo estaria poupando recursos que gastaria com juros por causa de dívidas que teriam sido pagas com dinheiro vindo da venda das estatais. Segundo Biondi, primeiro, quando as estatais foram vendidas boa parte de suas dívidas foi "engolidas" pelo governo para torná-las

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

mais atrativas para os compradores e com isso o governo não economizou juros sobre o montante de dívidas engolidas; segundo, com as tarifas reajustadas, como aconteceu pouco antes das privatizações, com financiamento, que as estatais recém privatizadas receberam do BNDES, as estatais mesmo que continuassem em poder do governo poderiam ser lucrativas e saldar suas dívidas, o que aconteceu segundo Biondi (1999) foi que sem as estatais o governo ficou com as dívidas e sem as fontes de renda e teve que pagá-las com dinheiro do Tesouro Nacional; em terceiro lugar o governo, junto com os juros que ele economizou deveria abater os lucros que as estatais dariam e os dividendos que seriam em parte remetidos para o Tesouro, além disso, teria que abater a valorização futura das ações.

Sobre o aumento dos investimentos Aloysio Biondi (1999) destaca que os compradores das estatais brasileiras tiveram empréstimos bilionários do próprio BNDES para executarem os programas de investimentos necessários.

Ainda segundo o autor, mesmo antes das privatizações o governo investiu cerca de 21 bilhões de reais na estatal TELEBRAS em dois anos e meio antes de sua privatização o que segundo ele, explica o lucro da estatal logo após a privatização.

Também sobre a atração de capitais para o país, Biondi (1999) se mostra pessimista mostrando que houve um grande aumento da remessa de lucros para o exterior e isso causou um grande rombo na balança comercial; se os compradores trouxessem dinheiro do exterior para a compra das estatais e para os investimentos necessários esse rombo poderia ser parcialmente coberto, mas, como visto, boa parte do dinheiro veio de fontes internas.

Márcio Pochmann, assim como Biondi (1999) também condena as privatizações, segundo o economista, a implantação do PND em 1990 foi justificada por três razões principais:

1. na década de 1980, a chamada década perdida, o Estado teria sido o principal responsável pela falta de recursos e por não ter realizado os investimentos necessários à continuidade do processo de desenvolvimento;
2. a superação e desorganização das finanças públicas que impediria um combate eficaz à inflação, nesse caso a privatização seria usada como um importante instrumento de política fiscal;
3. a privatização ajudaria a reduzir o endividamento.

Numa avaliação dos indicadores da década de 90, o economista argumenta que sem o Estado na economia, esta década foi a que registrou o pior desempenho econômico do século XX. A variação média do PIB foi de 1,9%, inferior até mesmo à variação da década de 80 que foi de 2,8%. Portanto, a saída do Estado não levou a economia a um crescimento sustentado. Nas finanças públicas, o grau de endividamento permaneceu equivalente ao dos anos 80. A carga tributária dos brasileiros aumentou de 24 para 31% do PIB. A desigualdade social permaneceu e o grau de concentração de

renda também está tão acentuado quanto o dos anos 80. No caso do Brasil, as privatizações de determinados setores poderão aprofundar as desigualdades. As empresas, como estatais, também tinham um enfoque social em suas atividades (POCHMANN, 2001).

Pochmann também discorda da forma como ocorreu o processo de privatização, segundo ele deveria ter ocorrido um processo de privatização com ênfase social que impulsionasse o desenvolvimento econômico, diminuísse a desigualdade social e não tivesse o trabalho como principal fator de ajuste. Biondi (1999) também concorda que faltou ênfase na questão social do projeto de privatização.

Outro autor Werner Baer (2002) aponta o fato de a privatização ter agravado o problema da distribuição de renda, como se pode ver em suas citações: (...) o método de privatização brasileiro de vender pelo maior lance a fim de aliviar a pressão fiscal sobre o setor público pode ter exercido um impacto insignificante ou mesmo negativo sobre a distribuição da riqueza no Brasil. Se a política de privatização tivesse procurado dividir o valor das empresas estatais entre os cidadãos ou contribuintes brasileiros, é possível que os efeitos da privatização sobre a distribuição de riqueza tivessem resultados mais positivos (BAER, 2002, p. 310).

Por fim, pode-se citar o resultado das privatizações para os trabalhadores, como já exposto o modelo de privatização adotado no Brasil não privilegiou a participação destes, porém o que mais os afetou foram os cortes de postos de trabalho que a privatização causou.

Pochmann (2001) afirma que até 2001, as 163 empresas privatizadas cortaram nos 10 anos anteriores cerca de 546 mil postos de trabalho, sendo que os trabalhadores com menor qualificação e menores salários foram os mais afetados. Já para Armando Castelar a geração de empregos causada por novos investimentos e novas empresas possibilitadas pelo processo de privatização compensam com sobra os postos perdidos nas estatais.

Baer (2002) afirma que as empresas estatais foram uma expressiva fonte de empregos, tanto em termos de número quanto de salários, e que mesmo quando são procedentes as argumentações em favor do corte de postos de trabalho em favor da eficiência econômica a análise dos efeitos da privatização é complexa. Segundo ele se os ganhos provenientes do ganho de eficiência causado pelo corte de postos de trabalho tivesse sido repassado para a população este processo poderia ter tido uma contribuição positiva para a sociedade, porém não há nenhuma evidência que isto tenha acontecido.

Sem entrar em argumentos técnicos sobre qual a tarifa que pode gerar os fundos necessários para a manutenção e ampliação dos serviços privatizados, o fato é que, segundo Baer (2002), no Rio de Janeiro, entre agosto de 1994 e novembro de 1999 o Índice de Preços ao Consumidor aumentou 87,4%, já o Índice de Preços para Serviços Públicos aumentou 163%.

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL

Outras questões podem ser levantadas para o aprofundamento deste estudo, bem como alternativas ao modelo excludente neoliberal, que tem em seu âmago o processo de privatização. Mas como já dito, este estudo está apenas começando, há ainda uma longa trilha a ser percorrida.

Referências Bibliográficas

- BAER, Werner, *A economia brasileira*, São Paulo, Nobel, 2002.
- BIONDI, Aloysio, *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- CASTELAR, Armando, *RUMOS, Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, Cidade, ABDE editora, n.181, fevereiro de 2001.
- MALDONADO in CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. F., (ORG), *Globalização, neoliberalismo, privatizações*, 2.ed., Porto Alegre, UFRGS, 1997.
- TÁPIAS, Alcides, *RUMOS, Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*, Cidade, ABDE editora, n. 181, fevereiro de 2001.
- VIZENTINI in CARRION, R. K. M.; VIZENTINI, P. G. F., (ORG), *Globalização, neoliberalismo, privatizações*, 2.ed., Porto Alegre, UFRGS, 1997.
- OLIVEIRA, Gesner, *Brasil Real*, São Paulo, Mandarin, 1997.
- POCHAMANN, Márcio, *A década dos Mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2001.